

# **ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO RIO DE JANEIRO: “MOEDA ELEITORAL” E CONCORRÊNCIA**

Maria de Fátima Magalhães de Lima  
PUC Rio  
13fatimamlima@gmail.com

## **1. Introdução**

A ascensão do Partido Social Liberal (PSL), legenda que elegeu o Presidente Bolsonaro, com pouca expressão na sociedade até o último processo eleitoral, abriu espaço para a disseminação de uma pauta política que ganhou terreno nos últimos anos por meio da expansão das bancadas religiosa, de segurança e do agronegócio na Câmara e no Senado, da crescente entrada de grupos conservadores nas instituições do Estado brasileiro e da estreita articulação entre a política e o fundamentalismo religioso. Como parte desta dinâmica, avançou no Ministério da Educação (MEC) um conjunto de políticas, programas e projetos de leis que buscam desmontar os avanços democráticos garantidos na legislação educacional nas últimas décadas (FRIGOTTO; FERREIRA, 2019). Neste sentido, a educação se configura como campo estratégico para estabelecer novos padrões morais e de costumes na sociedade, por meio de um projeto ideológico em curso, que tem como um de seus pilares o cumprimento da promessa eleitoral de implantação de escolas cívico-militares, através da adesão de redes públicas de ensino do país.

Este trabalho, de natureza exploratória, pretende discutir a implantação da primeira escola cívico-militar na rede pública municipal do Rio de Janeiro, resultante da adesão da Prefeitura ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Busca-se analisar as motivações que levaram a Prefeitura do Rio a implantar este modelo de escola no contexto da pandemia, bem como os contrastes entre as características estruturais e organizacionais das escolas cívico-militares e as demais escolas regulares da rede.

## **2. Metodologia**

Os dados analisados neste trabalho provêm de três fontes: documentos oficiais, pesquisa bibliográfica e o Censo Escolar de 2018, notadamente às variáveis referentes à infraestrutura física das escolas. Os documentos oficiais, constituídos como fontes primárias, foram obtidos nos portais eletrônicos oficiais do Ministério da Educação (MEC), Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ) e Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME Rio). Tais documentos formaram a base preliminar da investigação, em vista do reconhecimento de que estes apresentam a política formulada,

que integra a agenda governamental. Para Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental é “fonte rica e estável de dados” e permite uma leitura aprofundada desta fonte no seu estado bruto. De acordo com o autor, embora apresente semelhanças com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental recorre às fontes que ainda não receberam o tratamento analítico das fontes bibliográficas. Para fins de análise documental utilizou-se o modelo teórico de múltiplos fluxos de Kingdon (2006), no sentido de buscar compreender as motivações que conduziram a formulação do PECIM e integrá-lo na agenda da política educacional do MEC. Busca-se também responder “por que” e “como” as decisões do Governo Municipal do Rio de Janeiro culminaram na implantação da primeira escola cívico-militar no contexto da pandemia da Covid 19. Para responder a estas indagações, a pesquisa reporta-se inicialmente à Kingdon (2006), que considera que as ideias, além dos valores e conhecimentos, são componentes importantes na etapa da seleção das políticas que irão integrar a agenda governamental e que a eleição é uma janela de oportunidades para veiculação dessas ideias. Neste primeiro movimento de análise foram cotejadas as informações obtidas nos documentos oficiais (leis, resoluções e portarias) que normatizam o Programa no âmbito do MEC e que organizaram a escola cívico militar na rede pública municipal de ensino à revisão bibliográfica, com destaque para a temáticas da implantação das escolas cívico-militares (PEREIRA, SANTOS, 2018; MENDONÇA, 2019; ALVES, FERREIRA, 2020) e perspectivas de privatização da educação pública, como quase-mercado e concorrência entre escolas (KLESS; JÚNIOR, 2015). No segundo movimento de análise foi empregada a abordagem quantitativa, utilizando-se dados do Censo Escolar de 2018, referentes às variáveis correspondentes às dependências escolares. Neste ponto do estudo procura-se contrastar as diferenças entre as condições de funcionamento das escolas regulares e a escola cívico-militar da rede municipal de ensino, com o intuito de ampliar a análise sob a perspectiva concorrencial

### **3. Resultados e discussão**

A incorporação da gestão militarizada nas escolas públicas ganha visibilidade no país no final dos anos de 1990 e intensifica-se a partir de 2010, por meio da adesão deste modelo em vários estados da federação, inspirados, em grande medida, na experiência precursora do estado de Goiás (ALVES; FERREIRA, 2020). A literatura tem reportado que os motivos alegados para a crescente incorporação deste modelo de gestão nas redes de ensino pautam-se na pretensa melhoria de desempenho em avaliações externas, na

redução da violência intraescolar, mas, sobretudo, no ordenamento da juventude sob um *ethos* forjado na imposição da disciplina e normas rígidas de comportamento. Tais normas tem entre os seus eixos a estrutura hierarquizada da vida militar e a modelagem da identidade dos estudantes sob padrões conservadores, com forte ameaça à diversidade e pluralidade de pensamento (ALVES, TOSHI, 2019; MENDONÇA, 2019; CABRAL, 2018). No contexto da eleição de Bolsonaro, a partir da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019a) e a instituição do PECIM (BRASIL, 2019b), o MEC estabeleceu como meta a implantação de 216 escolas cívico-militares no país, até 2023, sendo 54 por ano e passou a induzir a adesão voluntária ao Programa, através de contrapartida financeira. Embora o Decreto destaque que o PECIM tem entre os seus princípios “o atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2019b), a literatura tem sinalizado que as redes de ensino que implantaram este modelo de escola, distinguem os filhos de militares por meio de cotas na matrícula, estabelecem seleção para ingresso, pagamento de mensalidades e compra de enxoval, evidenciando que o princípio constitucional de igualdade de acesso, não é observado (MENDONÇA, 2019). Em relação à performance de desempenho acadêmico, Benevides e Soares (2020), entre outros, apontam que um conjunto de fatores, como a seleção de alunos com background cultural e notas pregressas superiores aos colegas da rede regular, além de melhor infraestrutura física, se constituem como vantagens e interferem no resultado da avaliação de desempenho dos alunos deste modelo de escola. Em relação à rede pública municipal em análise, cabe mencionar que o Rio de Janeiro é o único município, dentre os 92 do estado, a aderir ao Programa até a conclusão deste estudo. A este respeito é importante registrar que o empenho na aceleração das obras de construção e na implantação da primeira escola cívico-militar na rede pública municipal, ocorre após o Prefeito ter anunciado a sua pré-candidatura à reeleição, no contexto da pandemia da Covid 19, e ter atraído para seu partido político (Republicanos) a prole do Presidente da República, até então sem partido. No tocante aos aspectos estruturais da escola cívico-militar recém implantada, os registros oficiais (RIO DE JANEIRO, 2020a) anunciam, para a sociedade condições mais atrativas que as escolas regulares. De acordo com o site oficial da prefeitura, a unidade conta com salas adaptadas para alunos com deficiência, além de salas inteligentes (interativas, de multimídia e robótica); laboratórios de Ciências, de Línguas Estrangeiras e de Música.

Conta também com sala de leitura e outras destinadas a habilidades individuais e coletivas, além de uma quadra poliesportiva coberta. De acordo com o Censo Escolar de 2018, dentre as 1.539 escolas da rede, 53% têm laboratório de informática, 14% laboratório de Ciências, 51% possui quadra de esportes e 53% dispõem de sala de leitura. Em relação aos aspectos organizacionais, a Resolução SME n.º 187, de 29 de janeiro de 2020 (RIO DE JANEIRO, 2020b) informa que as escolas de turno único (que atendem a 65% de matrículas da rede) apresentam uma jornada de 7 (sete) horas diárias e 35 tempos semanais. A escola cívico-militar oferta o ensino em turno único, sendo 8 (oito) horas de atividades diárias e 40 tempos semanais. As escolas cívico-militares destacam-se ainda das demais escolas da rede por meio da matriz curricular, que apresenta entre os componentes curriculares, Projetos Esportivos, Novas Estratégias de Aprendizagem, Iniciação Científica, Robótica e Linguagem de Programação e Projeto de Vida (Habilidades Sócio Emocionais). A discrepância dessas características tem o potencial de promover uma escola cívico-militar de excelência e um tipo de “quase-mercado” e concorrência entre as escolas da rede (KLESS; JÚNIOR, 2015), particularmente no contexto da pandemia da Covid 19, momento no qual as desigualdades escolares tornaram-se mais visíveis, e no contexto eleitoral, que se constitui como uma janela de oportunidades para a circulação de ideias, valores e soluções para resolução de problemas da sociedade (KINGDON, 2006).

#### **4. Considerações finais**

As eleições ocorridas em 2018 no Brasil provocaram mudanças substantivas na política nacional, ancoradas numa agenda que integrou a economia ultraliberal, o conservadorismo, o autoritarismo e a junção da política com o fundamentalismo religioso. As escolas cívico-militares se constituem como um dos pilares deste projeto no âmbito do MEC, através do PECIM. Neste estudo buscamos analisar os motivos que levaram a Prefeitura do Rio aderir ao Programa e o contraste entre as condições físicas e organizacionais entre as escolas cívico-militares e as escolas regulares da rede. Através dos achados podemos inferir que a agenda eleitoral de 2020 e os princípios da concorrência e quase-mercado se constituíram como fundamentos para a implantação do modelo. No que tange aos argumentos relativos à elevada qualidade de ensino ministrado pelas escolas militarizadas, a literatura tem reportado que as condições de infraestrutura, os processos seletivos e o background cultural dos alunos são fatores significantivos.

## 5. Referências bibliográficas

ALVES, M. F; FERREIRA, N. S. R. O processo de militarização de uma escola estadual pública em Goiás. **Educ. Soc.** vol.41, p. 1-14. Campinas, 2020.

ALVES, S. F.; TOCHI, M. S. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **RBP**AE - v. 35, n. 3, p. 633 - 647, set./dez. 2019.

BENEVIDES, A. A; SOARES, R. B. Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará. **Revista Nova Economia.** v.30 n.1 p.317-343, 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019.** 2019a. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286). Acesso em 23 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.** 2019b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D10004](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004). Acesso em 23 jul. 2020.

CABRAL, J. F. R. **A militarização da escola: um debate a ser enfrentado.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Humano. 2018. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Taubaté, São Paulo.

FRIGOTTO, G. FERREIRA, S. M. Cultura autoritária, ultraconservadorismo, fundamentalismo religioso e o controle ideológico da educação básica pública. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, jan. abr., 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

KINGDON, J. Como chega a hora de uma ideia. IN: FERRAREZI, E.; SARAIVA (Org.). **Políticas públicas; coletânea**, v. 1, Brasília: ENAP, 2006.

KLESS, S. J; JÚNIOR. B. E. Privatização da educação experiências dos Estados Unidos e outros países. **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n. 60 jan. -mar. 2015.

MENDONÇA. E. F. Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019.

RIO DE JANEIRO. **Obras da primeira escola cívico-militar do Rio de Janeiro, no Rocha, são retomadas.** 2020a. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/obras-da-primeira-escola-municipal-civico-militar-no-rocha-sao-retomadas/>. Acesso em 23 jul. 2020.

RIO DE JANEIRO. **Resolução SME nº 187, de 29 de janeiro de 2020.** 2020b Disponível:<https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/html/4424/#/p:1/e:4424?find=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20SME%20187>. Acesso em 25 jul. 2020.

SANTOS, C. A; PEREIRA, R. S. Militarização e Escola Sem Partido: duas faces de um mesmo projeto. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 255-270, jul./out. 2018.